

Sua farmácia está preparada para a **RDC 978/2025**? Entenda o que muda para os EAC do Tipo I.





NOVAS REGRAS PARA EXAMES EM FARMÁCIAS (RDC 987/2025)

Farmácias e drogarias que realizam exames de Análises Clínicas (EAC) são consideradas serviços do tipo I.

O que é permitido no serviço do tipo I?

Tipos de amostras: Apenas punção capilar (como glicemia) e coletas com swab (nasal e ofaríngera).

Local de execução: Todas as etapas do exame devem ocorrer dentro da farmácia, incluindo os controles de qualidade.

Profissional: O exame deve ser realizado exclusivamente por uma profissional habilitado.









Não é permitido guardar, armazenar ou transportar material biológico (exceto para controle de qualidade).

Não é permitido usar metodoligas próprias (in house).

Não é permitido usar equipamentos que exijam produção de água reagente no local.









Triagem: O principal objetivo

Os resultados apoiam a assistência farmacêutica e a orientação de saúde.

Não é diagnóstico: Os resultados **não tem finalidade de diagnóstico** e não substituem laudos confirmados.









Os resultados devem ser registrados na "Declaração de Serviço Farmacêutico", que precisa conter:

- Resultado dos exame e valores de referência.
- Orientação farmacêutica, se houver.
- Data, assinatura e carimbo do farmacêutico responsável.
- A declaração deve ser guardada por no minimo 5 anos.

Alerta obrigatório no registro:

A declaração deve conter a seguinte frase:

"ESTE PROCEDIMENTO NÃO TEM FINALIDADE DE DIAGNÓSTICO E NÃO SUBSTITUI A CONSULTA MÉDICA OU A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS"







IMPORTANTE! Todos os serviços EAC devem cumprir, quanto a formalização dos resultados, as disposições da Seção III - Capítulo VI da RDC número 978/2025.









Para realizar os exames, a farmácia ou drogaria precisa:

- Incluir no CNPJ a CNAE 8640-2/02 (Laboratórios Clínicos).
- Realizar o cadastro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).

Lembrete: A simples aferição de glicemina capilar é considerada um EAC e exige o cumprimento de todas essas regras.









As orientações apresentadas aqui representam apenas um resumo das principais exigências da RDC Anvisa/MS nº 978/2025. É essencial que profissionais e estabelecimentos consultem o texto completo da resolução para assegurar o cumprimento integral das normas vigentes.

Ação necessária:

A nova norma introduziu diversas alterações e reafirmou disposições já existentes. É essencial que profissionais e responsáveis pelos estabelecimentos analisem e compreendam integralmente o conteúdo.

 Fique atento, pois a resolução também aborda tópicos como: Licenciamento sanitário, espaços físicos e cadastros de usuários.







Os resultados dos EAC são instrumentos fundamentais para fortalecer a assistência farmacêutica, ampliar o cuidado em saúde e aperfeiçoar a orientação sanitária.

Eles também subsidiam a prática conforme a Lei número 13.021/2014 e a RDC número 44/2009 (e suas atualizações).



